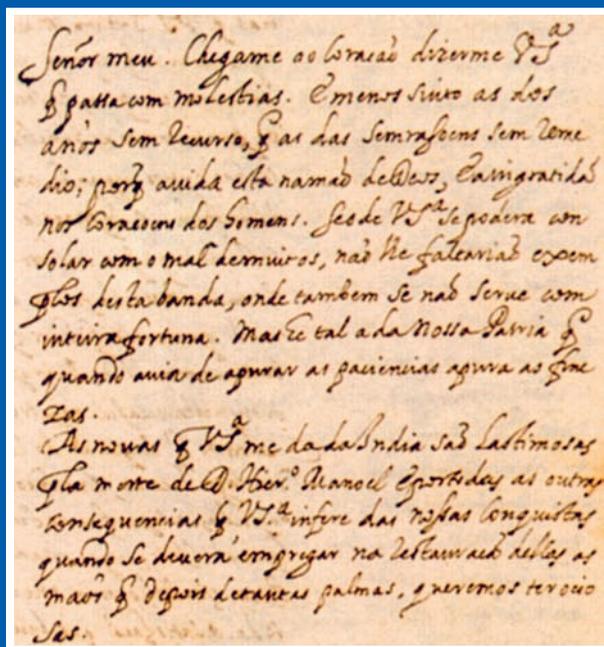


PADRE ANTÓNIO VIEIRA

CARTAS



CARTAS
DO
PADRE ANTÓNIO VIEIRA

CARTAS
DO
PADRE ANTÓNIO VIEIRA

COORDENADAS E ANOTADAS

POR

J. LÚCIO DE AZEVEDO

TOMO PRIMEIRO



LISBOA
IMPRESA NACIONAL
1970

*Nova edição revista do texto publicado pela
extinta Imprensa da Universidade de Coim-
bra, em 1925.*

ÍNDICE

	Páginas
<i>Introdução</i>	IX
ÂNUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL	1
Cartas	
I — Ao geral da Companhia de Jesus — 30 de Setembro de 1626	3
Primeira missão diplomática — Paris e Haia	71
II — Ao marquês de Nisa — 25 de Fevereiro de 1646	73
III — Ao mesmo — 4 de Março de 1646	76
IV — Ao mesmo — 11 de Março de 1646	81
V — Ao Rei D. João IV — 28 de Março de 1646	85
VI — Aos judeus de Ruão — 20 de Abril de 1646	88
VII — A António Moniz de Carvalho — 21 de Abril de 1646	90
Segunda missão diplomática — Paris e Haia	93
VIII — Ao marquês de Nisa — 26 de Setembro de 1647	96
IX — A Pedro Vieira da Silva — 30 de Setembro de 1647	97
X — Ao marquês de Nisa — 3 de Outubro de 1647	98
XI — Ao mesmo — 21 de Outubro de 1647	99
XII — A Pedro Vieira da Silva — 25 de Outubro de 1647	100
XIII — Ao marquês de Nisa — 23 de Dezembro de 1647	103
XIV — Ao mesmo — 30 de Dezembro de 1647	109
XV — A Pedro Vieira da Silva — 30 de Dezembro de 1647	112
XVI — Ao marquês de Nisa — 6 de Janeiro de 1648	114
XVII — Ao mesmo — 12 de Janeiro de 1648	116

Cartas	Páginas
XVIII — Ao marquês de Nisa — 20 de Janeiro de 1648 . . .	125
XIX — Ao mesmo — 27 de Janeiro de 1648	135
XX — Ao mesmo — 3 de Fevereiro de 1648	148
XXI — Ao mesmo — 10 de Fevereiro de 1648	152
XXII — Ao mesmo — 17 de Fevereiro de 1648	158
XXIII — Ao mesmo — 24 de Fevereiro de 1648	162
XXIV — Ao mesmo — 2 de Março de 1648	164
XXV — Ao mesmo — 16 de Março de 1648	166
XXVI — Ao mesmo — 23 de Março de 1648	169
XXVII — Ao mesmo — 30 de Março de 1648	171
XXVIII — Ao mesmo — 6 de Abril de 1648	174
XXIX — Ao mesmo — 13 de Abril de 1648	175
XXX — Ao mesmo — 20 de Abril de 1648	178
XXXI — Ao mesmo — 27 de Abril de 1648	180
XXXII — Ao mesmo — 4 de Maio de 1648	182
XXXIII — Ao mesmo — 11 de Maio de 1648	186
XXXIV — Ao mesmo — 19 de Maio de 1648	188
XXXV — Ao mesmo — 25 de Maio de 1648	192
XXXVI — Ao mesmo — 1 de Junho de 1648	195
XXXVII — Ao mesmo — 8 de Junho de 1648	199
XXXVIII — Ao mesmo — 15 de Junho de 1648	202
XXXIX — Ao mesmo — 22 de Junho de 1648	207
XL — Ao mesmo — 29 de Junho de 1648	213
XLI — Ao mesmo — 6 de Julho de 1648	215
XLII — Ao mesmo — 10 de Julho de 1648	219
XLIII — Ao mesmo — 13 de Julho de 1648	224
XLIV — Ao mesmo — 22 de Julho de 1648	227
XLV — Ao mesmo — 3 de Agosto de 1648	230
XLVI — Ao mesmo — 12 de Agosto de 1648	232
XLVII — Ao mesmo — 24 de Agosto de 1648	235
XLVIII — Ao mesmo — 31 de Agosto de 1648	243
XLIX — A Francisco de Sousa Coutinho — 10 de Novembro de 1648	246
 Primeira jornada a Roma	 251
L — A Pedro Vieira da Silva — 23 de Janeiro de 1650 . .	253
LI — Ao príncipe D. Teodósio — 23 de Maio de 1650 . .	256
LII — Ao Rei D. João IV — 6 de Junho de 1650	259

Cartas	Páginas
Tempos de missionário	261
LIII — Ao Padre Nuno da Cunha — 17 de Junho de 1651 . .	263
LIV — A Pedro Fernandes Monteiro — 5 de Julho de 1652	263
LV — Ao padre provincial do Brasil — 14 de Novembro de 1652	266
LVI — Ao príncipe D. Teodósio — 25 de Dezembro de 1652	282
LVII — Ao Padre André Fernandes — 25 de Dezembro de 1652	285
LVIII — Ao Padre Francisco de Avelar — 1653	289
LIX — Ao Padre André Fernandes — 22 de Janeiro de 1653	290
LX — Ao príncipe D. Teodósio — 25 de Janeiro de 1653. .	291
LXI — Ao Padre Francisco de Moraes — 6 de Maio de 1653	294
LXII — Ao Rei D. João IV — 20 de Maio de 1653.	296
LXIII — Ao Padre André Fernandes — 21 de Maio de 1653	306
LXIV — Ao provincial do Brasil — 22 de Maio de 1653 . .	306
LXV — Ao padre provincial do Brasil — 1654	343
LXVI — Ao mesmo — 1654	369
LXVII — Ao Rei D. João IV — 4 de Abril de 1654	400
LXVIII — Ao mesmo — mesma data	405
LXIX — Ao mesmo — 6 de Abril de 1654	414
LXX — Ao procurador da Província do Brasil — 15 de Abril de 1654	424
LXXI — A um padre da Companhia de Jesus — 16 de Abril de 1655	425
LXXII — Ao Rei D. João IV — 5 de Agosto de 1655	427
LXXIII — Ao mesmo — 6 de Dezembro de 1655	428
LXXIV — Ao mesmo — 8 de Dezembro de 1655	430
LXXV — A Pedro Vieira da Silva — 14 de Dezembro de 1655	439
LXXVI — Ao Padre André Fernandes — 1656	441
LXXVII — Ao Rei D. Afonso VI — 20 de Abril de 1657. . . .	442
LXXVIII — Ao Padre André Fernandes — 1657	453
LXXIX — A um padre — Fevereiro de 1658	454
LXXX — A um padre provincial do Brasil — 10 de Junho de 1658	455
LXXXI — À Rainha D. Luísa — 1 de Setembro de 1658 . . .	464
LXXXII — A um fidalgo do Conselho Ultramarino — Março de 1659	467
LXXXIII — Ao Padre André Fernandes — 29 de Abril de 1659	468
LXXXIV — Ao mesmo — 11 de Novembro de 1659	525

Cartas	Páginas
LXXXV — Ao Padre André Fernandes — 1659	527
LXXXVI — Ao Rei D. Afonso VI — 28 de Novembro de 1659	528
LXXXVII — Ao mesmo — 4 de Dezembro de 1660	549
LXXXVIII — Ao Padre André Fernandes — 4 de Dezembro de 1660	551
LXXXIX — Ao Padre Manuel Luís — 1661	553
XC — Ao índio Guaquaíba ou Lopo de Sousa — 21 de Janeiro de 1661	555
XCI — À Câmara do Pará — 12 de Fevereiro de 1661 . . .	556
XCII — Ao Rei D. Afonso VI — 21 de Maio de 1621 . . .	560
XCIII — Aos Padres Pedro Pedrosa e Gonçalo Vera — 11 de Junho de 1661	568

Apêndice

Notas adicionais	571
Índice alfabético.	575

INTRODUÇÃO

Diferentes vezes se têm publicado as cartas do Padre António Vieira, que são, para o gosto do nosso tempo, a parte de suas obras que mais interesse suscitará.

A curiosidade por esta famosa correspondência foi sempre viva, e logo após a morte do autor se deu princípio às diligências para que de tantos e tão consideráveis sucessos nela consignados se não perdesse a memória. Meio século de história nacional, e de um período fecundo em perturbações internas e externas, se reflecte nas folhas de miúda letra, onde, no espaço de uma longa vida, semeou as suas confidências o português mais notável da época. Loquaz por condição, e até à extrema velhice atento ao mundo exterior e interessado na política, não houve caso, dos que podiam apaixonar a opinião do seu tempo, sobre que a este ou àquele não comunicasse o seu parecer. Aos 90 anos, valetudinário, cego e quase surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha, e dá arbítrios sobre a situação económica do Brasil. Oito dias depois expirava, e a mesma nau trouxe à metrópole a nova do passamento e aquelas cartas.

Pouco tempo decorrido, o padre italiano António Maria Bonucci, que ajudara o debilitado ancião nos trabalhos da Clavis

Prophetarum e fora pelos superiores encarregado de pôr em ordem o manuscrito da obra, de que o autor fazia grande estima, dava parte ao geral da Companhia de Jesus de ter mais de duzentas cartas em seu poder. Plausivelmente parte delas os rascunhos que António Vieira dera a transcrever ao seu fiel colaborador e companheiro de muitos anos, Padre José Soares, que não tardou a segui-lo na jornada final; e algumas antigas, de mais importância, de que por isso ele próprio teria guardado cópias. Pode-se ainda supor que essas cartas, trazidas a Lisboa com os papéis restantes do espólio, fossem as que o inquisidor geral Nuno da Cunha confiou ao conde da Ericeira para serem publicadas. Seriam essas duzentas e tantas, reunidas por Bonucci, o cabedal primitivo; e, com as que o duque do Cadaval ofereceu, e outras obtidas por diligências do conde, e seu continuador, o oratoriano Padre António dos Reis, preencheram os dois tomos dados ao prelo em 1735.

A publicação, que saciava a avidez dos curiosos, era conjuntamente preito rendido ao autor, cuja fama literária, por algum tempo esmorecida, atingiu o pináculo nessa quadra. Mostram-no os termos pomposos em que acerca da obra se exprimem os censores. Todavia, o intuito da homenagem não impediu que por vezes desfalecesse a atenção dos editores, deixando eles introduzir na impressão erros visíveis, que em escritos de tal pena lhes cumpria evitar. Esse não é, contudo, o senão mais aparente: outro, secundário para os contemporâneos, achamos nós mais sensível. Certas cartas, e não das menos importantes, encontramos-las truncadas. São aquelas em que o escritor se refere ao assunto que sempre punha em efervescência os ânimos: aos cristãos-novos e ao Santo Ofício. A verdade é que nem os editores ousariam, nem lho permitiria a censura, trazer a lume opiniões desfavoráveis ao mais altivo poder do Estado. E como poderiam figurar as queixas e os justos despeitos do jesuíta, réu que tinha sido, quite da pena pela usual clemência do tribunal? Como poderiam

desabafos dessa ordem figurar nas páginas de que se devia o conhecimento ao entusiasmo e a admiração de um inquisidor?

Não menos de sentir é a ausência frequente de individuação nas referências pessoais, substituídos os nomes por um símbolo gráfico, N. N., com que perdem muito do significado aqueles casos de que a importância principal está na qualidade dos figurantes, ao mesmo passo que a narrativa, conservando-se no vago, excita sem a satisfazer a curiosidade do leitor. Tão longe foi o escrúpulo que cartas há onde na regra do título se omite o nome de quem as recebia, usando das menções «A certo ministro», «A certa pessoa», como se fora inconfidência deixar saber, por exemplo, que o ministro ou pessoa com a qual discursava o escritor em assuntos políticos cem anos atrás era o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva. Semelhantes modos não são compatíveis ao gosto nem às necessidades intelectuais do tempo de agora; e quando, sequiosos do passado, versamos crónicas, epistolários, memórias, havemos de referir os factos às pessoas e ligar os actos a seus motivos, o que não é uma vã curiosidade mas o só meio de compreender a alma das gerações extintas, objectivo essencial da história.

Parece que, na ocasião de serem publicadas as cartas, corriam já particularmente cópias manuscritas, conservando essas fielmente as impressões e confidências do autor. Muitas se encontram na colecção «Várias Obras do Padre António Vieira», pertencente à Academia das Ciências, em 14 volumes, e também no códice da Biblioteca Nacional, do Fundo antigo, n.º 1724, compilações ambas do século XVIII. Daí se tomaram para a presente edição os trechos que nas antecedentes faltavam, reconstituindo assim o texto integral.

Aos dois tomos, dados ao prelo em 1735, seguiu-se o terceiro onze anos depois, em 1746, compilação do Padre Francisco António Monteiro, bacharel em Cânones, oferecida ao Patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida. Os precedentes o tinham sido

ao inquisidor geral. Neste volume se encontram seis cartas já publicadas no segundo tomo, inadvertência que o editor no prólogo confessa sem se desculpar.

Algumas cartas mais se estamparam, com outros escritos do autor, nos volumes das Vozes Saudosas e Voz Sagrada, respectivamente de 1736 e 1748⁽¹⁾, e em 1827 saiu na imprensa, por editor anónimo, a correspondência com Duarte Ribeiro de Macedo, sendo 16 cartas para e 110 de Vieira, das quais 101 existem em original no Ministério dos Estrangeiros, todas presumivelmente recolhidas com o espólio daquele diplomata, quando faleceu em 1680, indo em viagem para a Itália. As restantes, menos duas, extraviadas, ao que parece, após a publicação, e mais 132 inéditas até agora, guardam-se no códice da Biblioteca Nacional, do Fundo antigo, n.º 901, onde também se encontram 17 cartas de Macedo a Vieira, em cópias e minutas originais.

Em 1854 e 1855 nova edição se faz do epistolário, em quatro tomos, como parte das obras completas do autor. A publicação, empreendida por mero interesse comercial, abrange a matéria dos três volumes do século XVIII: com a mesma ordenação, que não fora determinada pelas datas, assuntos ou pessoas, mas pela sucessão em que chegaram os originais à oficina do impressor, e com os mesmos descuidos, sem excluir a repetição das seis cartas, que lá se encontram nos correspondentes lugares. Pela adição de algumas, das impressas separadamente, intercaladas às primeiras, e metendo nos volumes 3.º e 4.º as 110 para Duarte Ribeiro de Macedo, mais no fim 19 inéditas, da Biblioteca de Évora, para o marquês de Nisa, se completou a compilação. No total, abatidas as duplicações, 511 cartas.

(1) Vozes saudosas da eloquência, do espírito, do zelo e eminente sabedoria do Padre António Vieira, e Voz sagrada, política, retórica e métrica, ou Suplemento às Vozes saudosas.

Este mesmo número, menos uma carta, que por negligência do editor ou impressor ficou de fora, oito novas no corpo da obra e em apêndice, nem todas completas, trouxe ao mercado a Empresa Literária Fluminense, em dois volumes sem data, mas provavelmente de 1877 ou logo depois. Do ano acima data a existência da casa editora. Desta vez arrumou-se o texto na ordem cronológica, com o que foi possível evitar o erro das repetições.

Todas estas edições se foram tornando raras, e era sensível, além disso, a falta de outra, menos viciada de imperfeições e realizada com aquele carinho que merece a obra e com o respeito devido ao grande nome do autor. Juntas as espécies até o presente inéditas, e outras estampadas posteriormente a 1877, ou de que não tiveram conhecimento os editores, conta a compilação de agora 710 números, e pode ocorrer que, até saírem a lume os tomos seguintes, ainda novas descobertas enriqueçam o acervo. Das edições anteriores se rejeitam dois escritos, que, por não terem carácter pròpriamente epistolar, pareceu não deverem manter-se na colecção: um trecho com a descrição de Lisboa e o parecer de 1644 acerca da guerra com Castela, ambos do 2.º volume, de 1735. Em compensação entra no 1.º tomo o escrito famoso «Esperanças de Portugal», que foi a base jurídica da perseguição de Vieira pelo Santo Ofício, e entrará no 3.º a «Carta Apologética ao Padre Jácome Isquazafigo», em castelhano, que, impressa em 1747, a Mesa Censória mandou depois proibir e queimar; ambas as quais, se pròpriamente missivas não são, têm a forma epistolar e oferecem grande interesse pelo que revelam da personalidade íntima e das ideias do autor.

Assim organizada a colecção, por copiosa que a julgemos, longe está do número infinito que escreveria este fecundo epistológrafo, em sessenta anos, durante os quais foi quase sempre e conjuntamente homem do século e religioso. É certíssimo que muitas peças se perderam, porventura a maior parte, e ainda mal,

porque assim ficam em perpétua obscuridade acções e pensamentos seus nunca para desdenhar, e fragmentos de história que nessas cartas se encontrariam, sendo especialmente para lastimar a falta de muitas dirigidas a D. João IV.

Do total, são conhecidos hoje os originaes de 344, repartidos: 141 no códice da Biblioteca Nacional de Lisboa; 101 no Ministério dos Estrangeiros; 55 na Torre do Tombo (dos quais 51 num volume adquirido por subscrição e 4 nos papéis dos jesuítas); 38 na Biblioteca de Évora, e os restantes em várias colecções, fora de Portugal. Todavia, nem todos do próprio punho de Vieira, e alguns em dúvida, não se podendo seguramente discriminar se escreveu ele as missivas, as ditou ou deu a outrem o rascunho para pôr a limpo. Daqui procede carecer de unidade a ortografia, em que aliás o próprio Vieira era incerto, assim como na rapidez da escritura escapavam deslizes gramaticais, que agora será custoso descobrir donde procederiam: se dele, do amanuense, ou, nos originaes perdidos, de erros do copista ou do impressor.

Em cada uma das edições mencionadas, de 1735 a 1877, o modo de escrever as palavras foi o corrente no período, e até na primeira, onde poderiam ter-se cingido ao do autor, não quiseram assim fazer os que empreenderam a publicação. Ainda agora, e na impossibilidade, ou na dificuldade extrema, de reduzir integralmente o texto à ortografia de Vieira, tal qual a conhecemos dos autógrafos, o que seria em todo o caso uma falsificação; de outra parte atendendo à incongruência de dois sistemas de escritura discordantes, no mesmo livro, se na impressão se conservasse às cartas de que possuímos os originaes, e a essas sòmente, a sua própria, adoptando a de hoje ou das primeiras edições para o resto; por um ou outro motivo pareceu bem seguir os exemplos de atrás, reduzindo ao paradigma mais recente as diferentes ortografias de três séculos. E poderão os curiosos da ortografia do autor, que é certamente indício não desdenhável da sua indi-

vidualidade literária, instruir-se pelo exame dos autógrafos e de várias reproduções autênticas em outras obras.

Assim como a ortografia, modernizou-se a pontuação, insuficiente nos manuscritos, e nos impressos, algumas vezes prejudicial ao entendimento do sentido.

Quem tomar o trabalho de cotejar com os originais as cartas até aqui publicadas, há-de ver quanto foi descuidada quase sempre a obra do copista ou impressor; e descobrir com frequência erros de leitura, vocábulos trocados, palavras difíceis de entender omitidas, saltos, e até frases intercaladas, parecendo às vezes existir o intuito de melhorar a redacção primitiva. Se tais infidelidades só raramente alteram o sentido, o mesmo não sucede quanto à linguagem, e importa serem muito cuidadosos aqueles que nas cartas de Vieira vão colher exemplos gramaticais e modelos de dicção, porque se arriscam a tomar por sentença de clássico a falha do amanuense ignaro. Para esses, da comparação resultará o convencimento de que só confiança medíocre lhes devem inspirar os textos de que desapareceu o original.

Aos nomes próprios de pessoas, de língua estranha, conservou-se em geral a forma que lhes deu o escrevente, às vezes inexacta, quando aquela pareceu corresponder à maneira por que ele as pronunciava. E o mesmo se praticou com os termos geográficos, quando a divergência com o modo actual de os representar não é considerável.

Nas cartas de Vieira, como em toda a literatura epistolar, seja ela familiar ou de negócios, e de qualquer assunto que trate, há entre os correspondentes um entendimento comum, de que nascem referências a factos e pessoas, alusões, metáforas, conceitos, transparentes às partes no intercâmbio, às vezes, porém, inacessíveis aos estranhos. E até sucede perder-se o fio a sucessos marcantes na época e que uma palavra, mais tarde indecifrável, basta para designar aos contemporâneos. Estes enigmas, frequentes nas missivas do Padre, fez-se o possível por esclarecê-

-los em notas que nos passos obscuros acompanham o texto; mas, ainda assim, restam não poucos deles por interpretar. Não se renuncie, contudo, à esperança de tal conseguir: à proporção que se forem conhecendo mais cabalmente os pormenores da nossa história na segunda metade do século XVII, as anedotas e as vidas das pessoas eminentes ou que por qualquer motivo prendiam a atenção pública, assim os pontos agora impenetráveis serão sucessivamente elucidados; e outra edição que venha a fazer-se das cartas dará mais satisfação que a presente à curiosidade do leitor.

Às notas não presidiu nenhum intento erudito, e, forçosamente curtas, limitam-se ao indispensável para recordar os factos e as pessoas a que alude o texto; assim como na parte biográfica as notícias não vão além do bastante para a identificação.

Na disposição das matérias seguiu-se, como era de razão, a ordem cronológica, partindo esta em séries correspondentes a épocas diversas da vida do autor, as quais de feito coincidem com preocupações também diversas do seu espírito, versátil, e também capaz de tudo versar como a poucos é dado. Em cada uma das divisões igualmente se assiste ao desenrolar de um período da história nacional, com as ideias que o caracterizam. O sumário dos acontecimentos, que precede as diferentes séries, ajudará à compreensão do sentido das comunicações e do estado de ânimo do epistológrafo.

Abril de 1925.

J. L. A.

ÂNUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL (1626)

O Padre António Vieira nasceu em Lisboa, de família modesta, a 6 de Fevereiro de 1608. Com 6 anos de idade foi com seus pais residir na Baía. Aos 15 entrou como noviço no Colégio dos Jesuítas, que já frequentava como aluno diligente e de grandes promessas. No ano seguinte, de 1624, foi tomada a cidade pelos Holandeses, sob o comando do almirante Jacob Willekens. Com o grosso da população em fuga para o interior foram os Jesuítas, e com eles António Vieira, permanecendo numa povoação de índios, que os padres dirigiam, até à retirada do invasor, passados doze meses.

Tanto se havia distinguido o noviço, durante esse tempo, pela agudeza do entendimento e saber adquirido, e tais provas dera de exímio latinista, que a ele os superiores encarregaram de redigir a *Carta Annuæ*, circunstanciado relatório que, pela regra, todas as províncias da Companhia hão-de mandar ao geral.

Desta carta existem nos arquivos da Sociedade, em Roma, dois exemplares, ambos autógrafos e assinados por António Vieira, um com a data de 21 de Novembro, outro de 1 de Dezembro de 1626. Pelo Padre Francisco Rodrigues, jesuíta, que últimamente as examinou, sabemos ser o texto latino mais breve; o português, evidentemente depois concertado na linguagem, mais copioso de notícias ⁽¹⁾. O escrito, nesta forma, e como

⁽¹⁾ No artigo intitulado: «O Padre António Vieira, contradições e aplausos, à luz de documentos inéditos», em *Revista de História*, tomo 11.º, p. 83.

tem sido publicado na imprensa, difere igualmente na data, 30 de Setembro de 1626, porventura a do primitivo rascunho, vertido a latim, e a que mais tarde o autor aditou reminiscências e poliu a linguagem. A narrativa, além do valor histórico, tem o que deriva de nos fornecer a primeira parte um capítulo de autobiografia, embora sem referência pessoal; pois, nos factos mencionados, em alguns foi António Vieira figurante, ao mesmo tempo que observador.

CARTA I

Ao geral da Companhia de Jesus (1)

1626 — Setembro 30

Pax Christi

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas, e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou ânua a Vossa Paternidade, desde o ano de 1624 para cá; e também porque não vieram relações dos outros colégios e casas; e algumas vieram tarde por falta de embarcações, e pelas dificuldades das navegações, que, neste

(1) Padre Mucio Vitelleschi, em exercício de 1615 a 1645. Manuscrito apógrafo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com o título: «Anua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous anos de 1624, e 1625. E sucessos respectivos ás Cazas que por esse tempo conservarão naquelle Estado os extinctos Jesuitas: E por dizer respeito á mesma Narração se tracta da Violenta entrada, que os Hollandezes fizeram naquellas p.tes e princi-

tempo tão trabalhoso, foram maiores que nunca. Pelo que sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que succedeu nos dois anos de 1624 e 1625, e ainda não de tudo; porque em todas as partes do Brasil houve tais sobressaltos que impediram o notar e não deram lugar a escrever.

Sustenta esta província do Brasil, pouco mais ou menos, 120 padres da Companhia: 90 sacerdotes, dos quais 31 são professores de quatro votos, de três solenes, 2, coadjutores espirituais formados, 20; 62 estudantes; coadjutores 50, e destes, 30 formados. Estes todos divididos em três colégios, seis casas, e treze aldeias anexas às mesmas casas e colégios. No Colégio Baía residem communmente, 80; no de Pernambuco, 40; 35 no do Rio de Janeiro; na Residência do Espírito Santo, 12; na de Santos, 5; na de S. Paulo, 7; na Casa dos Ilhéus, 4; em Porto Seguro, 4; e 4 no Maranhão. Todos eles se occupam em procurar de alcançar a salvação e perfeição própria e das almas, que é o fim da nossa Companhia.

COLÉGIO DA BAÍA

Com o grande trabalho e má vida destes tempos caíram enfermos quase todos os deste Colégio: mas, de tal maneira os repartiu a Divina Providência que nunca faltaram sãos que servissem os doentes no corporal e no espiritual, e acudissem aos próximos. Destes enfermos, passou a melhor vida o Padre

palmente na Cid.^e da Bahia com a curioza exposição da sua situação progressos, e miudas circumstancias dessa falta (sôlta?) e atrevida Invazão. Escrita por comissão, e obed.^{cia} dos seus Superiores Pelo Padre António Vieira da mesma Companhia.» Impresso em *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIX (1897), e pela primeira vez, parcialmente, na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. X (1843).

Fernão Cardim, natural de Viana de Alvito, arcebispado de Évora, professo de quatro votos⁽¹⁾, varão verdadeiramente religioso e de vida inculpável; mui afável e benigno, e em especial para com seus súbditos. A todos parece que queria meter na alma, de todos se compadecia e a todos amava. Prova⁽²⁾ estas suas grandes entranhas o que poucos dias antes da sua morte, por ocasião de repreender um súbdito, disse: que nunca, depois que entrara na Companhia, tivera má vontade a pessoa alguma, nem escrúpulo de tratar seus súbditos com paixão. O que, bem considerado, tanto mais é quantos foram os anos que viveu na Companhia, nos quais ordinariamente governou; e só os anos em que foi provincial e reitor passaram de vinte. Estendia-se esta sua caridade também aos de fora, como o experimentaram, e mais particularmente, os presos da cadeia e os pobres do hospital; porque a estes visitava a miúdo, remediando suas necessidades com esmolas; por aqueles intercedia, solicitando suas causas como próprias; e a todos finalmente ajudava com grande amor. E era porque o Divino ardia tanto em seu peito, porque Deus os servia⁽³⁾, em Deus os representava, e a Deus neles. A seu corpo tinha ódio santo: castigava-o com disciplina de cada dia, sendo, como era, fraco e carregado de anos. Mas a fraqueza do corpo sustentava com o esforço do

(1) Mandado ao Brasil em 1582, do Colégio de Évora, a que pertencia, por companheiro do visitador, Padre Cristóvão de Gouveia. Escreveu o relatório desta visita com a descrição dos lugares e das missões. Ms. da Biblioteca de Évora, publicado em 1847 por F. A. de Varnhagen, Lisboa, Imprensa Nacional.

(2) *Provão*, no texto impresso publicado, o que parece erro de cópia.

(3) Talvez se deva ler: *que por Deus os servia*, e não como em cima. Assim imprimiu Melo Moraes na *Corographia Historica Cronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil* (Rio de Janeiro, 1860), onde, parece que de cópia diferente, incluiu este escrito no vol. 4.º

espírito, madrugando todos os dias uma e duas horas antes dos outros, as quais gastava na presença do Santíssimo Sacramento, a quem tinha muito particular affecto e devoção. Comunicava-lhe Deus aqui uma insigne magnanimidade, com que padecia trabalhos, resistia às tentações e vencia grandes dificuldades. Nesta desgraça da Baía⁽¹⁾ era reitor; e por isso quebravam nele mais todas as ondas das adversidades: mas, como rocha viva, sempre se conservou em paz, e esteve muito firme e conforme com a vontade divina. Na sua última enfermidade, além das dores e grande fraqueza, padeceu muita falta de todo o necessário. Chegou, pois, aquella ditosa hora de se partir, a que ele todos os dias convidava sua alma, repetindo com muita devoção o *proficiscere anima Christiani* e exercitando-se e actuando-se na lembrança da morte. Faleceu com grande dor e sentimento de todos, por se verem juntamente órfãos de pai e mãe. Nele tudo tinham; porque, como pai, os criava com sua doutrina e exemplo, e, como mãe piedosa, entranhavelmente os amava. Contudo, por outra parte, sendo que lhe queriam todos como filhos, ainda que com perda sua, se alegraram de o ver fora deste desterro. Entrou na Companhia no ano de 1556, de 15 anos de idade; viveu nela 60, e faleceu de 75, aos 27 de Janeiro do ano de 1625.

Teve a mesma sorte o Padre Gregório da Rocha, natural da capitania de Pernambuco. Tinha, ao tempo em que Deus o chamou para si, 30 anos de idade. Entrou no ano de 1611, de 15 anos, na Companhia, e nela viveu outros 15 com satisfação e observância religiosa. Sabia bem a língua da terra; e melhor a exercitava nas aldeias, cultivando os índios. Era enfermo de ordinário, e nas enfermidades mui animoso e paciente; em especial na última, que foi mui trabalhosa e de

(1) A tomada da cidade pelos Holandeses em 1624.

grandíssimas dores; entre as quais, com muita devoção e consolação da sua alma, recebeu todos os Sacramentos e faleceu a 9 de Maio de 1625.

No mesmo ano levou Deus para si ao irmão António Fernandes, natural da ilha da Madeira, coadjutor temporal, com 29 anos de idade e 10 da Companhia, na qual entrara de 19, no ano de 1615. Neste tempo viveu uma vida tão perfeita e exemplar, com as paixões do corpo e alma tão mortificadas e sujeitas à razão, que não parecia homem, mas, como muitos lhe chamavam, Anjo encarnado. Foi neste Colégio, perto de oito anos, enfermeiro com caridade espantosa. Trabalhava de dia e noite, sem descansar. Assistia e acudia com maravilhosa e incansável continuação a todos, sendo, como era, fraco de compleição. Neste último trabalho da Baía se apurou mais e resplandeceu sua caridade. Entre tantos enfermos e tanta falta do necessário, mostrava quão engenhoso era; porque, sendo, além dos doentes de casa, que foram muitos, muitos mais os portuguezes saídos da cidade, e os índios da aldeia do Espírito Santo, onde residiu, para todos achava mèzinhas, a todos acudia, a todos visitava; e finalmente fazia tudo a todos com tal espírito que, ainda aos mesmos índios, com serem menos entendidos, se não escondia e lhe chamavam santo.

Não só curava com remédios humanos seus enfermos, mas igualmente lhes applicava os divinos, fazendo devoções particulares por cada um, e assim fazia curas mais que naturais; como depois da sua morte se achou apontado, em um livrinho seu, que o Santo Anchieta⁽¹⁾ dera saúde milagrosa a um padre,

(1) Padre José de Anchieta, natural de Tenerife. Estudou em Coimbra, e entrou aos 17 anos na Companhia de Jesus. Desde 1553 empregou-se nas missões do Brasil, onde morreu, com fama de santidade e de muitos milagres, em 1597. Ele é a figura primacial do apostolado do cristianismo na América, e sòmente inferior a Francisco Xavier nas Índias. Seu prestígio

o qual estava tão perigoso, e em tais termos, que ninguém julgou poder escapar. Faltando a fala, para se confessar, a uma índia que estava na hora da morte, com suas orações lha alcançou de Deus.

Não foi menos admirável a sua grande paciência e mortificação. Entre outros muitos, que curou de chagas asquerosas, foi um índio ferido de um pelouro, com uma chaga tão podre e de tão mau cheiro que ninguém, nem mesmo o doente, o podia sofrer; nem seus parentes se atreviam a curá-lo. Mas, como a Graça é mais poderosa que a natureza, tinha este irmão tão vencida a sua que, com suas próprias mãos, tratava aquela podridão, mostrando tão pouco asco, mas antes tanto gosto, como se a matéria fora de rosas e flores mui cheirosas. E, na verdade, como tais estimava ele todas as coisas de mortificação, porque só a estas se pegava com muito gosto, estas eram seus passatempos, estas, suas delícias; e já, com o contínuo exercício delas, parecia totalmente insensível, e em particular nas mãos, as quais tinha tão calejadas que, quando o açúcar estava no ponto mais alto, metia os dedos nele como em água fria, e, como se admirassem alguns, ele, para dissimular, respondia, com sua costumada prudência, que lhe procedia do uso e continuação do fogo. Mas, que isto fosse graça mais que natural, deixo ao juízo de quem o considerar, sendo experimentado.

entre os selvagens parece ter sido extraordinário. Atribui-se-lhe a composição de um poema latino, de 5700 versos, em louvor da Virgem, quando esteve entre eles cativo, o qual, não podendo escrevê-lo, guardou na memória até voltar para povoação de portugueses. Seus ossos foram transferidos da Capitania do Espírito Santo, onde faleceu, para o Colégio da Baía, e aí se encontravam num cofre de jacarandá, guarnecido de prata, por ocasião de se arrolarem, em 1758, os bens dos Jesuítas, expulsos do Estado. O cofre, com o seu conteúdo, foi remetido para o Reino, pelo chanceler da Relação da Baía, encarregado do sequestro, e dele não constam mais notícias.